

SE TIVERMOS PROJETOS, O BIRD MANDA O DINHEIRO.

Em Washington, o Banco Mundial confirma que os empréstimos ao Brasil estão previstos para este ano. Mas tudo depende do programa econômico.

O Banco Mundial pode aprovar US\$ 1,5 bilhão de empréstimos ao Brasil nos próximos dois meses e oito dias, quando se encerrará seu ano fiscal de 1987 iniciado em 1º de julho de 1986 ou até US\$ 3 bilhões durante este ano-calendário, que termina a 31 de dezembro próximo.

A intenção do Banco Mundial, confirmada ontem em Washington, dependerá da existência de projetos brasileiros e da política fiscal do governo, principalmente, para se concretizar.

A missão do Banco que já está no Brasil deverá examinar as propostas do governo. Sua criação foi decidida num encontro entre o ministro Dilson Funaro e o presidente do Banco Mundial, Barber Conable, durante a reunião do comitê interino do Fundo Monetário Internacional em Washington, há duas semanas.

O chefe da missão despachada para o Brasil é o diretor da sua área de América Latina e Caribe, André Gué, assessorado pelo chefe da divisão brasileira, Roberto Gonzalez Cifino, e pelos economistas Gobind Nankani, Peter Knight, Jorge Cula-govski e John Joyce, da divisão de projetos agrícolas.

O Brasil é o principal dos 151 clientes do Banco Mundial. Desde janeiro de 1949 recebeu 152 empréstimos, num total de US\$ 13,5 bilhões. No último ano fiscal, encerrado em junho de 1986, bateu o recorde dos empréstimos, recebendo US\$ 1,62 bilhão. E aí houve algo que pode agora se repetir: três dos empréstimos foram concedidos no final do prazo, dois de US\$ 500 milhões para os setores elétrico e agrícola, e outro menor, de US\$ 29 milhões para o setor público.

Explica-se no próprio Banco Mundial: "Nossa intenção inicial, declarada, era de conceder até US\$ 2 bilhões em empréstimos. Mas houve um considerável atraso no processo porque, entre outros fatores, o governo brasileiro decidiu rever as suas prioridades ou definir novos caminhos em certas áreas, e o Banco passa por uma complexa reorganização interna e administrativa. Além do mais, mudaram os interlocutores, que antes eram do Ministério do Planejamento e agora são do Ministério da Fazenda. Assim, apenas US\$ 371 milhões foram aprovados até agora. Mas nada impede que neste pouco tempo que falta para o fim do ano fiscal, no próximo 30 de junho, aprove-se US\$ 1,5 bilhão, alcançando a intenção inicial".

Entre os projetos já cogitados ou negociados há um no valor de US\$ 200 milhões para transporte urbano. Outro, de US\$ 174 milhões, destina-se à administração do sistema rodoviário de São Paulo. O Ministério do Trabalho receberia US\$ 74,5 milhões para formação de mão-de-obra especializada. Mais US\$ 50 milhões seriam destinados ao controle da poluição industrial. Para a Fepasa, US\$ 100 milhões. Para o controle de moléstias de rebanhos, US\$ 54 milhões. Para o desenvolvimento rural em Alagoas, Paraíba e Minas Gerais, US\$ 157 milhões. Para o Maranhão, US\$ 84 milhões. E o segundo empréstimo para o setor elétrico, entre US\$ 350 e US\$ 500 milhões.

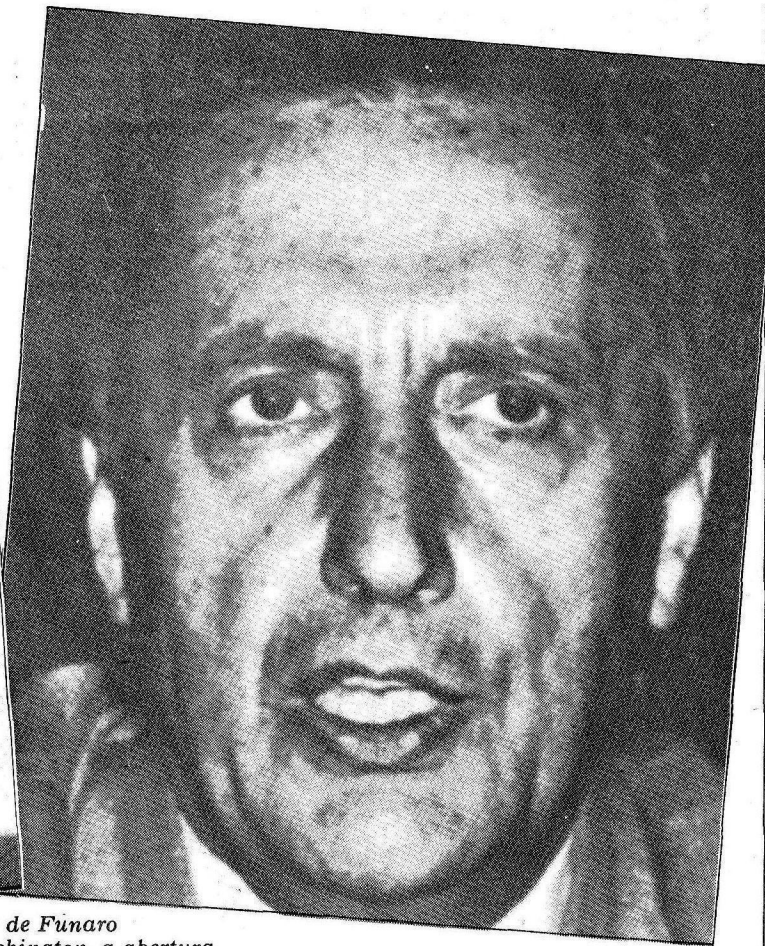
Mas se não for possível aprovar os empréstimos que estão na fila de espera até o fim do ano fiscal, em 30 de junho, eles podem ser concedidos durante o ano-calendário, ou então entrar no ano fiscal que começa em 1º de julho e se encerra em 30 de junho de 1988. O Brasil é muito importante para o Banco Mundial, e vice-versa. A colaboração entre os dois tem sido íntima", diz-se no Banco, em Washington.

Num momento em que o Brasil é a causa dos prejuízos declarados por um grande número de bancos norte-americanos, como anunciou ontem o Citicorp (veja matéria nesta página), para o Banco Mundial ele é considerado um ótimo cliente: "Paga religiosamente em dia". Este comportamento permite ao Banco manter seu crédito no mercado financeiro internacional, onde toma o dinheiro para os empréstimos. No último ano fiscal, em 30/06/86, por exemplo, o Banco Mundial desembolsou para o Brasil, de fato, US\$ 716,3 milhões, brutos, tendo aprovado US\$ 1,620 bilhão em empréstimos, enquanto o Brasil efetuou pagamentos líquidos do principal de sua dívida da ordem de US\$ 496 milhões, mais US\$ 477,5 milhões em juros e taxas. O resultado, então, foi uma transferência negativa de US\$ 257,8 milhões.

Moisés Rabinovici, de Washington.



No encontro de Funaro com Conable, em Washington, a abertura de perspectivas para o Brasil.



o presidente do Washington Bancorporation e do Banco Nacional de Washington, Luther H. Hodges, com US\$ 20 milhões emprestados ao Brasil.

"O problema não é quando o Brasil pagará sua dívida, mas quando o Brasil e outros países desenvolvidos estarão capacitados a crescer de forma a poderem importar bens dos Estados Unidos (...). O que podemos fazer é encorajar trocas de débito por inves-

timento. Ao mesmo tempo, o Brasil deve ser persuadido a encorajar os investimentos estrangeiros e a não confiar totalmente em empréstimos como no passado".

Hodges, conclui Pyatt Jr., deu a receita durante uma reunião com os acionistas de seu banco. Mas seu alvo seria outro, como ele próprio deixou subentendido: "Acho que há muito cinismo em tudo que se diz nesta cidade pelos senadores, e ninguém

que ofereça uma idéia construtiva".

A proposta de Hodges já foi tema de audiências em inquéritos no Congresso que ainda estão em andamento: os bancos particulares e o governo norte-americano devem financiar o comércio entre os Estados Unidos e os países com problemas econômicos. Mas, entre os banqueiros regionais, a proposta não é aceita, e qualifica-se Hodges como "um otimista".

M.R.

Denúncia da televisão dos EUA: dólares somem na Amazônia.

A Amazônia dos sonhos e mistérios, com seus rios, cobras e crocodilos, surgiu de repente na tela dos norte-americanos. Auxiliado pela expressiva coreografia de Mariana Muniz, o encenador povoou com inventividade o deslumbrante espaço concebido pelo artista plástico Takashi Fukushima. Misturando tradições, recorrendo a elementos do nô, do kabuki, do *kyogen* com uma estrutura muito ocidental de representação, Márcio Aurélio conseguiu uma montagem dinâmica, rica em imagens, precisa, atenta, buscando sempre o ponto de equilíbrio entre as inúmeras linguagens de que foi composta. Para esse efeito desempenham importante papel os belos figurinos de Paulo de Moraes, que vão buscar inspiração em desenhos árabes, japoneses e até no *pop* americano. A iluminação de Gianzinho e a dissonante música de Hector Gonzales e de Graciela de Leonardi também contribuem para sublinhar o clima lírico anos, no domingo de Páscoa às 7 da

noite, no programa "60 Minutos" da CBS Network. Mas o bucolismo durou pouco, sendo só um chariz. Tratava-se de uma denúncia: a de que meio bilhão de dólares do Banco Mundial "virou fumaça" no meio da floresta, financiando uma tragédia social e ecológica.

Só que estes "60 Minutos" foram filmados em 1985, ao tempo do projeto Polonoroeste, e passados como se fossem atuais. E isto provocou uma reação em cadeia dentro do Banco Mundial que culminou com um comunicado oficial de seu presidente, Barber Conable, ontem, no final do dia.

"O programa ignora que em abril de 1985 o Banco Mundial concordou com o governo brasileiro sobre a paralisação dos investimentos para o projeto do Polonoroeste", diz o comunicado, acrescentando que eles só seriam reiniciados se um acordo fosse alcançado para a solução de vários problemas ambientais.

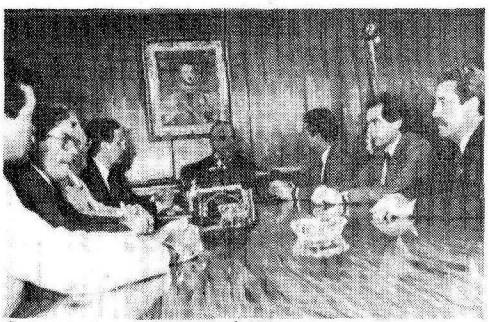
"Asseguro-lhe que as lições foram aprendidas", afirma Barber Conable à Diane Sawyer, repórter que foi à Amazônia para os "60 Minutos". E mais, ainda: "A reorganização do Banco Mundial, agora em curso, vai reforçar o foco nos problemas ambientais e de desenvolvimento". Pois o desenvolvimento, ele conclui, não pode ser mantido com o sacrifício do meio ambiente.

Os "60 Minutos", porém, são bem feitos, e muito agressivos, embora antigos. Neles, o governo brasileiro, em 85, é apresentado como "o último aventureiro" a querer conquistar a selva, descobrindo um "lugar perfeito" para pôr 500 milhões de dólares do Banco Mundial — um dinheiro captado entre 150 países, entre eles os Estados Unidos. Prometia-se, então, "uma terra sem povo para um povo sem terra". Surgem então os pobres migrantes de todo o Brasil em busca da fortuna na Amazônia, traduzidos para o inglês.

As reservas tranquilizam Sarney

O presidente Sarney afirmou ontem à Comissão Especial da Dívida Externa do Senado Federal que as reservas externas brasileiras são atualmente de US\$ 3,4 a 3,5 bilhões, o que, segundo ele, permite ao País negociar com tranquilidade seu débito.

De acordo com o senador Carlos Chiarelli (PFL-RS) — que preside a Comissão, cujo relator é o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) — na reunião de mais de uma hora com Sarney, no Palácio do Planalto, os senadores se comprometeram a fazer um grande esforço no sentido de politizar a questão da dívida externa brasileira. Isto será feito, notadamente, através de contatos da Comissão com parlamentares dos países desenvolvidos.



Sarney com os congressistas

A Comissão do Senado, disse Chiarelli, tem um prazo de 90 dias para realizar com-

pleta auditoria da dívida externa do País, identificando os responsáveis pelo débito atual, de US\$ 111 bilhões e a alocação de cada centavo dos recursos obtidos mediante estes empréstimos e financiamentos no Exterior. Se forem apuradas irregularidades — assinalou Chiarelli — será, então, instalada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), seguida de encaminhaamento do assunto através do Judiciário, para punição dos eventuais responsáveis.

Nos próximos dias, a Comissão Especial da Dívida Externa vai definir uma lista de pessoas que deseja ouvir, destacando-se entre elas Dilson Funaro, Francisco Gros, e o ex-ministro e atual deputado Antônio Del-fim Neto.

Uma missão técnica do Banco Mundial (Bird), que chegou ontem a Brasília, inicia hoje uma série de reuniões com técnicos do governo brasileiro para estudar projetos — novos ou já em andamento — que contam com a participação daquela instituição. Além disso, a missão irá estudar também, em detalhes, o plano econômico apresentado há um mês pelo ministro Funaro para a renegociação da dívida externa.

Com base na avaliação desses técnicos do Bird, o Brasil poderá ver aceito o seu pedido para novos empréstimos este ano, num total de aproximadamente US\$ 2,5 bilhões. Essa visita está sendo considerada muito importante pelas autoridades econômicas, já que um parecer positivo sobre o plano de quatro anos elaborado por Funaro poderá facilitar muito as conversações com os credores externos.

Hoje e amanhã, no Ministério da Fazenda, os técnicos do Bird se dedicarão à análise de projetos nos setores elétrico e agrícola (especialmente o Programa de Assistência ao Pequeno Produtor Rural). Das reuniões participará, pelo Ministério da Fazenda, o chefe da Assessoria Internacional, Alvaro de Azevedo, e o assessor especial da Dívida Externa, Paulo Nogueira Baptista Júnior. Também participam técnicos dos Ministérios do Planejamento e Agricultura e da Eletrobrás.

Os assessores de Funaro informaram ontem que o ministro não deverá reunir-se nenhuma vez com a missão do Banco Mundial, apesar da importância que o governo está dando à sua visita.

A conversão da dívida

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) entregará hoje ao ministro da Fazenda, Dilson Funaro, um documento com cinco propostas, não excludentes, para a conversão da dívida externa — tanto dos juros quanto do principal — em capital de risco. A CVM, por exemplo, propõe um prazo de carência de três anos para a remessa de dividendos provenientes desses investimentos estrangeiros no Brasil. Essa medida, conforme revelou ontem o presidente da entidade, Luiz Octávio Motta Veiga, tem por objetivo dar um tratamento diferenciado em relação aos investimentos por "dinheiro novo". Estes seriam privilegiados: as remessas de dividendos poderiam ocorrer após 90 dias. E também atender às preocupações de que a remessa possa ser superior às transferências de serviços da dívida, "apesar disso nunca ter ocorrido", afirmou.

Algumas das cinco propostas formalizadas nas três últimas semanas têm origem em trabalho conjunto entre a CVM e o Banco Central, disse Luiz Octávio Motta Veiga, mas outras são novas. Duas delas sugerem que a conversão seja feita através da Bolsa de Valores com formação de fundo de ações, guardada a lei que limita em 5% de ações ordinárias (com direito a voto) para o investimento estrangeiro em empresa brasileira.

Conforme explicou o presidente da CVM, a proposta prevê a utilização dos fundos depositados no Banco Central — referentes aos juros da dívida — em investimentos gerais, inclusive em instituições financeiras, se houver interesse nesse sentido. As exceções seriam nas áreas já definidas pelo governo, como informática, cabotagem, imprensa e prospecção de petróleo. A tributação seria semelhante à fixada pelo Fundo Brasil de Investimentos.

Embora o governo esteja preocupado em fixar setores prioritários para o investimento estrangeiro no processo de conversão — e a CVM tenha trabalhado em proposta nesse sentido —, Luiz Octávio Motta Veiga é contrário à idéia, por considerar que o excesso de prioridades e de regras pode afastar o investidor. No Chile e nas Filipinas, países que não adotaram o critério de prioridade, os resultados foram os melhores, destacou Motta Veiga, ao contrário do México, cujas dificuldades ele atribui ao excesso de priorização.

O presidente da CVM acredita que, em dois anos, o montante da dívida convertida poderá chegar a US\$ 3 bilhões, dependendo dos instrumentos utilizados para a conversão.

Motta Veiga afirmou ainda que "não há o menor risco de investidores estrangeiros comprarem 5% de participação em empresas brasileiras por preços irrisórios", referindo-se à situação atual da bolsa de valores.

Os técnicos em Brasília, analisando os projetos.